

José do Canto, um *gentleman farmer* açoriano

DE VOLTA ÀS PESSOAS

José do Canto veio ao mundo na cidade de Ponta Delgada em 1820 e aí desceu à terra no Verão de 1898. Os seus restos mortais repousam, lado a lado com os da mulher, numa ermida por ele próprio erigida na margem da lagoa das Furnas, em São Miguel. Fora dessa instituição oitocentista, que são os cemitérios públicos, onde, nos quartéis geométricos da igualdade, se dispõem hierarquicamente os jazigos e campas como insígnias perenes do prestígio social, haverá poucos monumentos funerários em Portugal que, pela sua expressão arquitectónica e enquadramento paisagístico, traduzam um sentido tão romântico e marcadamente individual da memória que alguém pretende deixar de si próprio à posteridade. Quem isto fez não queria decerto ser esquecido.

E, em boa verdade se diga, ao longo deste último século o seu nome foi lembrado por sucessivas gerações de estudiosos locais¹, muito embora José do Canto seja, no plano mais amplo da memória colectiva nacional, um ilustre desconhecido que, portanto, não dispensa apresentações. Aqui as farei, a seu tempo, com maior pormenor. Por agora, preambularmente, parto da morte para falar da vida de alguém que, justamente por nunca ter sido, no sentido rigoroso do termo, um *grande homem*, se ajusta como uma luva

* Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores.

¹ De entre os quais poderei destacar os nomes de Augusto Loureiro e Eugénio Pacheco (ainda contemporâneos do biografado), Aníbal Bicudo, Francisco Carreiro da Costa e, já nos nossos dias, Fernando Aires, cuja obra é, apesar de tudo, o estudo mais consistente até hoje publicado sobre esta figura oitocentista- *José do Canto. Subsídios para a História Micaelense, 1820-1898*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982.

às novas orientações de certa historiografia que, no refluxo da vaga estruturalista, parece voltar às antigas relações conjugais com os estudos biográficos.

Da separação amigável entre história e biografia a partir dos inícios deste século (a qual Arnaldo Momigliano resumiu elegantemente nos seguintes termos: *quand j'étais jeune, l'histoire était l'affaire des savants et la biographie celle des «gentlemen»*²) passou-se, das décadas de 30-40 em diante, a uma situação de divórcio litigioso bastante mais acentuada, na medida em que, por um lado, a biografia era vista como subgénero menor e *literário* do discurso científico e, por outro, compendia tudo aquilo quanto, na esteira da segunda geração da escola dos *Annales*, as vanguardas modernas consideravam passadista e odioso na historiografia tradicional. O chamado *grande homem*, a par da política, foi um dos objectos homiziados para os confins do reino da história e a biografia pagou, se é que ainda não paga, bem caro o peso da célebre frase de Thomas Carlyle — *the history of the world is nothing but the biography of great men*³ —, cuja excessiva contundência, mesmo atendendo ao facto de ter sido proferida em 1840, ainda provoca arrepios entre alguns cientistas sociais, historiadores incluídos.

Outros, contudo, parecem não ter qualquer relutância em assumir hoje a necessidade desse retorno ao biográfico, tal como aparece traduzido no texto de apresentação a uma recente obra editada por T. C. W. Blanning e David Cannadine: «For too long, too many historians have been too much concerned with impersonal forces, underlying structures and long-term developments. Now, «people» are back. In a post-modern age it is easier to appreciate the decisive role played by individuals, as they ride their luck and seize their opportunity to bend the world to their will⁴.» Estas afirmações, sobretudo a última, nada ficam a dever à contundência da de Carlyle e talvez não seja por acaso que ambas são feitas em inglês. De qualquer forma, evitando traçar arestas tão vivas acerca do assunto em questão, creio que o regresso às pessoas pode e deve ser feito segundo paradigmas e abordagens distintos daqueles que norteavam as volumosas biografias históricas de outrora. E isto por duas razões simples: primeiro, porque o paradigma do biografado já não é necessariamente o *grande homem* ou a figura pública por excelência; segundo,

² *La naissance de la biographie en Grèce ancienne*, Estrasburgo, Ed. Circé, 1991, p. 9.

³ *On Heroes, Hero-Worship and the Heroic in History* (Londres, 1841) conjunto de seis palestras proferidas em 1840 por Thomas Carlyle e posteriormente publicadas em livro. A citação não foi retirada do original, mas sim de Meic Stephens, *Collins Dictionary of Literary Quotations*, Glasgow, Harper Collins Pubs., 1991, p. 17.

⁴ *History and Biography. Essays in Honour of Derek Beales*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996. O excerto citado faz parte do texto de apresentação da obra (na badana interior da capa) e, portanto, a sua autoria não deverá ser necessariamente atribuída aos organizadores desta colectânea.

porque a abordagem biográfica se vai libertando do constrangimento biológico que a si própria tinha imposto⁵, obrigando-se, enquanto *história da vida*, a percorrer a via-sacra do nascimento, crescimento e morte do biografado.

No entanto, e visto que José do Canto, ao contrário dos seus conterrâneos Antero de Quental e Teófilo Braga, está longe de figurar no panteão histórico nacional, seria desejável traçar-lhe o retrato de corpo inteiro, mesmo que a lápis e, como dizem os arquitectos dos seus primeiros esboços, em desenho «à mão levantada». Não é esse, contudo, o objectivo central do presente texto, ainda que fosse legítimo biografar numa perspectiva clássica individualidades que, como esta, se situam a meio caminho entre a visibilidade pública e o anonimato estatístico. Depois de apresentado o homem e dado o carácter poliédrico da sua vida e obra, passível de múltiplas abordagens, destacarei, então sim, para primeiro plano a faceta agrícola e naturalista de José do Canto, a qual constitui o cerne deste estudo.

SOLTEIRO E BOM RAPAÇ

Nascido numa respeitada família da oligarquia micaelense, cuja proeminência social nunca se viu coroada por nenhum daqueles títulos nobiliárquicos munificentemente distribuídos pela coroa portuguesa ao longo do século XIX, José do Canto começou a gatinhar pouco antes de os ventos da liberdade darem os primeiros sopros em São Miguel no período do vintismo. O pai, morgado, José Caetano Dias do Canto e Medeiros (1786-1858), senhor de razoável fortuna e esforçada ilustração, era um dos membros mais destacados da elite terratenente local que, na transição das luzes para o liberalismo, soube interpretar correctamente as modificações históricas que, tanto ao nível político como sócio-económico, estavam então a ocorrer. Recusando o absentismo rentista e o obscurantismo cultural que caracterizavam alguns dos grandes proprietários rurais da ilha, quantas vezes denunciado na abundante literatura de viagens que ingleses e americanos escreveram sobre São Miguel⁶, o morgado José Caetano empenhou-se a fundo na criação dos filhos, procurando

⁵ «Toda a biografia pressupõe uma continuidade biológica do nascimento até à morte. Se, por decisão própria, se fizer uma biografia incompleta, despreocupada do desenlace, toda a perspectiva se reorganiza» [cf. Jacques Revel, entrevista a Rui Rocha, in *Expresso* (caderno *Cartaz*), 19 de Setembro de 1998].

⁶ Para uma panorâmica sobre esta literatura de viagens oitocentista, v. João E. C. Leite, *Estrangeiros nos Açores no Século XIX. Antologia*, Ponta Delgada, Ed. Signo, 1991. Sobre a questão específica aqui referida, cf., entre outros, John White Webster, *A Description of the Island of St. Michael ...*, Boston, 1821, e Joseph e Henry Bullar, *A Winter in the Azores and a Summer at the Baths of Furnas*, Londres, 1841 (trad. portuguesa de João H. Anglin, Ponta Delgada, Instituto Cultural, 1949).

municia-los ora para a administração e exploração dos bens vinculares da casa paterna, ora para as exigências de uma carreira profissional que, em princípio, se desenhava no horizonte dos segundogénitos excluídos da herança patrimonial. Tarefa de monta, pois ao longo de dois casamentos foi progenitor de dezanove rebentos, o que, meninas à parte, lhe deixou ainda a considerável incumbência de calçar seis rapazes para os desafios sociais do século, tanto em termos de cidadania como de vida privada e familiar. Dentro deste numeroso rebanho, José era, por assim dizer, o primeiro dos seus filhos segundos e a inclinação que desde tenra idade demonstrou pelos livros parecia predestiná-lo com naturalidade para os estudos universitários. O que, aliás, veio a acontecer depois de aprendidas as primeiras letras e frequentadas as aulas régias no extinto Convento dos Gracianos, em Ponta Delgada, praticamente contíguo à casa do pai, na Rua da Graça, onde, de resto, havia ficado hospedada Sua Majestade Imperial D. Pedro em 1832, quando levantou âncora desta cidade para o histórico desembarque das forças liberais na praia do Mindelo.

Com 12 anos ainda por cumprir, José do Canto contactou de perto, se não com as pessoas, pelo menos com o ambiente da expedição que viria a consolidar definitivamente um novo regime em Portugal. Se tal experiência lhe deixou, ou não, marcas indeléveis, seria entrar em especulações descabidas, mas o que é certo é que, na sequência da passagem de D. Pedro por São Miguel, se constitui em Ponta Delgada a loja maçónica União Açoriana⁷, de que foram membros, além do próprio pai, o P.^o João José do Amaral e Caetano António de Melo, professores régios de Latim, Retórica e Lógica, o primeiro, e Inglês e Francês, o segundo, os quais exerceram sobre o jovem José do Canto previsível magistério intelectual durante a adolescência, período em que, de acordo com um dos seus primeiros e mais chegados biógrafos⁸, já se fazia notar como *enfant prodige* entre os adultos do burgo local, pedindo-lhes meças em matéria de oratória e erudição. A formação literária e humanística foi coroada, entre os 16 e 18 anos de idade, pelo florão das matemáticas puras, ministradas por João Anselmo Pimentel Choque, cuja influência acordou o discípulo para o espírito de sistematização e racionalidade científica que, mais tarde, evidenciaria quando, em 1841-1842, se prepara para ingressar no curso de Matemática da Universidade de Coimbra.

⁷ A documentação relativamente à mesma encontra-se na secção de reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa, *Arquivo de Família dos Botelhos de Nossa Senhora da Vida* (livros manuscritos e fotocopiados, caixa 6).

⁸ Eugénio Pacheco (1863-1911), de quem José do Canto era tio materno, publicou logo após a morte do mesmo uma extensa série de notas biográficas no semanário micalense que então dirigia (cf. *O Preto no Branco*, n.^{os} 133 a 137, 14 de Julho a 11 de Agosto de 1898).

Sem desprimor para a lusa Atenas, ou para os colégios da capital, o morgado José Caetano, que um ano antes havia completado o seu *grand tour* europeu de lazer e ilustração⁹, resolve inscrever, em 1838, José do Canto no Colégio de Fontenay-aux-Roses, em Paris, decisão que, para além de claros propósitos de excelência e cosmopolitismo educacional, deixa legitimamente entrever o objectivo paterno de o filho prosseguir estudos universitários em França. O que não vem a suceder porque o jovem açoriano, roído de saudades pela terra pátria, pouco tempo resiste na cidade das luzes e regressa ao nimbo familiar ainda antes do final do ano. Gorada esta experiência e mau grado a moléstia que lhe causava o afastamento da família, José do Canto, fosse por imposição patriarcal ou vontade própria, vira outra vez costas a São Miguel para frequentar os preparatórios da Universidade em Coimbra. Quando, ao fim de um conturbado ano de nostalgia e instabilidade, começa finalmente a aclimatar-se à vida estudantil longe da ilha, ordenam-lhe que regresse, pois, *pater familias dixit*, havia sido destinado o seu casamento com uma jovem morgada cujo dote ofuscava todos os cursos universitários deste mundo. Filho extremo e obediente, José escreve, quase com a barra da Figueira da Foz à vista, a Maria Guilhermina Taveira Brum da Silveira (1826-1887), pedindo-a em noivado¹⁰. Pela forma de tratamento que aí emprega ao dirigir-se-lhe, «Minha prezadíssima Prima e Senhora», é desde logo visível não estarmos perante uma carta de amor, mas antes face à expressão epistolar de um contrato social em que, como é bem de ver, o formulário da etiqueta se sobrepõe a qualquer tipo de registo emocional. Nem outra coisa seria de esperar, pois José nunca tinha sequer posto os olhos em cima da futura esposa. Escrevia, portanto, às cegas. E, acrescentando-se, a mando do pai, que, ao que tudo indica, almejava casar o filho primogénito, André do Canto (1814-1848), com a referida Maria Guilhermina, unindo assim num só morgadio os bens vinculados das casas Canto e Brum da Silveira. André, contudo, resolveu casar por amor com uma vizinha, Ana Carlota Botelho de Teive, que, apesar do nome de família e dos lindos olhos

⁹ Entre 2 de Dezembro de 1836 e 25 de Setembro de 1837, do qual deixou um interessante *Diário de Viagem* (Ponta Delgada, Instituto Cultural, 1978), com uma introdução de Nuno Álvares Pereira, que constitui, aliás, o mais válido estudo biográfico sobre o pai de José do Canto.

¹⁰ Coimbra, 2 de Fevereiro de 1842. Esta e muitas outras cartas da volumosa correspondência que José do Canto foi mantendo ao longo da vida (fonte preciosa para o seu estudo biográfico) encontram-se depositadas nos Serviços de Documentação da Universidade dos Açores (SDUA), *Arquivo Brum da Silveira-José do Canto* (ABS-JC), cujo tratamento arquivístico está em vias de conclusão, prevendo-se ainda para este ano a publicação do *Inventário do Epistolário Familiar Existente no Arquivo Brum da Silveira-José do Canto e Catálogo do Arquivo António do Canto Brum*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, Serviços de Documentação, 1999.

negros (os quais haviam inspirado, dez anos antes, a lira de Almeida Garrett¹¹), não colhia a bênção do morgado José Caetano, que, acto contínuo, consegue transferir para o filho segundo a mão da sua escolhida. E assim começou, subitamente, a segunda vida de José do Canto.

SENHOR DA PRÓPRIA CASA

Entre a carta de noivado e o respectivo casamento decorrem cerca de seis meses. Tempo suficiente para o sisudo José compreender que o fim da sua juventude tinha data marcada: 17 de Agosto de 1842. Uma vez casado, não deslustrará os predicados que o recomendavam como bom marido: toma as rédeas do património que a esposa traz de dote e vai cumprindo as restantes obrigações da aliança matrimonial. Com regularidade quase pendular, formou em cerca de uma década (1843-1852) aquela que viria a ser a sua prole: três meninas e dois rapazes¹². Pai de família, o jovem cavalheiro vê o seu estatuto social duplamente transformado: ao mesmo tempo que passa a *sénior*, o Sr. José do Canto transformou-se também num dos mais abastados proprietários da sociedade açoriana, administrando terras que se estendem por três ilhas do arquipélago (São Miguel, Faial e Pico), entre as quais viaja constantemente, procedendo ao reconhecimento, recenseamento e saneamento do património que lhe cabia agora administrar. Outros, porventura, teriam ficado preguiçosamente a gozar os rendimentos da mulher, mas, tanto no capítulo da progénie como no da economia, este cavalheiro parecia levar bastante a sério as suas obrigações domésticas como marido. Pouco tempo depois do nascimento dos dois primeiros rebentos levanta vela no princípio do Verão de 1845 de Ponta Delgada para a cidade da Horta, onde estava edificada a casa senhorial dos Brum da Silveira, e vai ver com os próprios olhos a outra parte substancial do património de Maria Guilhermina. Durante a estada nestas ilhas do grupo central escreve longas cartas ao irmão mais velho, André, nas quais transparece de forma clara o propósito da viagem: «Por aqui estou ha um mez e 3 dias, entrando n'este numero 19 dias que estive no Pico, e tendo visto o estado miseravel em que estão os nossos predios; e tenho ao mesmo tempo feito interessantissimas descobertas: conheço agora perfeitamente a verdade de quando se diz 'bens d'ausente ou menor'¹³.»

¹¹ Garrett, que passou por Ponta Delgada integrado no Batalhão Académico da Expedição Liberal de 1832, dedicou à jovem o poema «Ramo de Cypreste», mais tarde publicado nas suas *Flores sem Fruto* (v., a este respeito, Ernesto Ferreira, *Os Três Patriarcas do Romantismo nos Açores*, Ponta Delgada, Instituto Cultural, 2.^a ed., 1994, pp. 72-75).

¹² Respectivamente, Maria Brum do Canto (1843-1882), António do Canto Brum (1845-1926), José do Canto Brum (1847-1916), Margarida Brum do Canto (1849-1937) e Maria Guilhermina Brum do Canto (1851-1934).

¹³ SDUA, *ABS-JC*, Faial, 25 de Setembro 1845.

Espírito meticoloso, esquadrinha as terras de lés a lés, primeiro no Faial e depois no Pico, medindo-as, confrontando-as, reavaliando a sua capacidade produtiva e subaproveitamento económico, até então entregues aos cuidados de capatazes e procuradores, cujo despedimento e substituição começa desde logo a ponderar. Quando o tempo assim o permite, faz grandes caminhadas a pé ou de burro, cumprindo o reconhecimento cadastral das terras sob sua administração e, muito embora troce altaneiramente do provincianismo de «um paiz aonde não há um periódico, nem tão pouco se importa um só jornal», deixa-se arrebatado pela beleza das paisagens no decurso dessas devassas que, conforme confessa ao irmão André, o levam a ir «gosando do campo quasi da mesma maneira que os caçadores», isto é, um pouco ao jeito daqueles «passeantes transcendentalistas» que, como Henry David Thoreau¹⁴, vagueavam sem destino certo por montes, vales e florestas. Ao contrário do seu contemporâneo americano, o amor de José do Canto pela natureza nunca adquiriu estes contornos quase mítico-ontológicos. Tal como muito outros proprietários rurais do século XIX, a relação apaixonada que virá a manter com a terra e os seus frutos pautou-se sempre por interesses bastante mais científicos e racionalistas: explorar os campos segundo os princípios da emergente agronomia e ordenar, qual demiurgo do novo século, a natureza em parques e jardins ao gosto de uma sensibilidade estética caracteristicamente romântica. Para o bom sucesso desta empresa, cujos contornos fundamentais se adivinham já nos primeiros tempos do casamento, nomeadamente quanto aos planos de construir em Ponta Delgada uma espécie de pequeno palácio vitoriano rodeado do respectivo jardim¹⁵, não era apenas necessário dinheiro, mas também um aturado conhecimento da economia doméstica. Daí que, à noite ou durante as quadras mais chuvosas, José do Canto recolhesse ao gabinete de trabalho, onde, literalmente, se afadigava a pôr a escrita da casa em dia, ordenando documentos e papéis velhos; a descrição circunstanciada que faz ao irmão do seu quotidiano familiar na Horta revela o carácter sistemático e determinado como encarava os absorventes negócios de família: «Depois do almoço, se faz bom tempo vou para

¹⁴ Autor e ensaísta americano (1817-1862) de Concord, Massachusetts, que abandonou a carreira de professor para se refugiar na floresta, onde compôs a obra *Walden, or Life in the Woods* (1854). Mais conhecido pelo nome de «eremita de Walden», Thoreau, cujo famoso ensaio *Civil Disobedience* (1849) foi uma referência para Mahatma Gandhi, bem como para a *beat generation*, viu recentemente publicado em português o seu interessante texto *Walking (Caminhar)*, Lisboa, Hiena Ed., 1995, trad. de António Moura e introdução de Kenneth White).

¹⁵ Projectos que alimentava pelo menos desde 1845, conforme o testemunha a correspondência trocada com Carlos Guilherme Dabney, cônsul dos Estados da União Americana nos Açores (cf. SDUA, *ABS-JC*, Horta, 27-11-1845 e 29-12-1845), e, sobretudo, com o seu parente e amigo José Jácome Correia, em duas cartas que lhe endereça de Londres no ano de 1846 (cf. *Cartas Particulares de José do Canto aos Srs. José Jácome Correia e Conde de Jácome Correia, 1841 a 1893*, Ponta Delgada, ed. de Aires Jácome Correia, 1915).

o campo ás medições, senão venho aqui para este quartinho, classificar os meus Papéis; fazer a minha escripturação, tomar lembranças, examinar contas etc., até ás trez horas da tarde em que jantamos; depois do jantar [...] vamos tomar o nosso chá, conversamos sobre a nossa terra, murmuramos alguma cousa d'esta, e dividimonos a Prima para bordar tocar e escrever, o tio Jacinto para ler e eu para a minha papelada velha, ou então para o gostoso entretenimento de escrever aos Amigos que são os meus dias de baile¹⁶.»

Depois de efectuado o rastreio e saneamento dos bens familiares nas parcelas mais remotas do património, José do Canto dirige-se para Londres no princípio da Primavera de 1846. Como qualquer *country gentleman* esclarecido, procura na grande cidade os modelos cosmopolitas que serão o fundamento da sua vida no campo. Aí visita livrarias, onde adquire as últimas novidades editoriais em matéria de botânica e agricultura, frequenta os melhores viveiros de plantas exóticas, cuja aclimação, tanto ornamental como industrial, pretende ensaiar nos Açores, e, finalmente, contacta com o arquitecto responsável pelo desenho do palacete e jardim que projecta edificar em Ponta Delgada numa zona intermédia entre o casco urbano e os arrabaldes rurais das quintas que delimitam o aro oitocentista da cidade¹⁷. Com 25 anos recentemente cumpridos e uma sólida fortuna a servir-lhe de base, José do Canto pensava em grande, mas, como nenhuma casa começa a construir-se pelo telhado, resolveu primeiro plantar o jardim que a envolvia e, com o andar dos tempos e das vicissitudes da vida, por aqui se ficou. O que já não foi pouco, pois apenas a moldura vegetal deste ambicioso projecto arquitectónico, expressão do prestígio social da nova casa de família por ele fundada, acabou por se transformar numa das mais notáveis colecções particulares de plantas e árvores então existentes em Portugal, da qual saíram numerosas espécies que foram enriquecer, entre outros, o Jardim Botânico da Universidade de Coimbra e os Kew Gardens de Londres. O desvelo naturalista de José do Canto não se quedava só pelos ornatos paisagísticos da jardinagem, estendendo-se também à agricultura, cujo estudo e ocupação foi desde muito cedo um dos seus primordiais objectivos na vida, tal como confessa em carta ao irmão André, com quem, aliás, sempre manteve grande cumplicidade nesta matéria: «Quando for a Paris, que espero será em principio de Junho não me esquecerá visitar algum estabelecimento dos que me

¹⁶ SDUA, ABS-JC, Horta, 1 de Novembro de 1845.

¹⁷ O arquitecto era David Mocatta (1806-1882), inglês de ascendência judaica, e a propriedade situava-se junto ao Recolhimento e Ermida de Santa Ana, na periferia norte da cidade, paredes meias com a de José Jácome Correia (cujo jardim e respectivo palacete constituem hoje a sede da Presidência do Governo Regional dos Açores), em terras que faziam parte da herança patrimonial de Maria Guilhermina Brum da Silveira (cf. Augusto de Athayde e Hugo Moreira, «Memória Histórica e Descritiva do Jardim José do Canto», Ponta Delgada, SALBAT — Empreendimentos Turísticos, S. A., s. d., 33 páginas dactilografadas).

indicas, tirar informações dos outros, e visitar algum de criação de bixos de seda, de que tudo farei apontamento, interessando-me particularmente n'esta materia de educação agricola, por que poderei ter filhos e é esta a vida que lhes desejo, assim como a desejaria para mim, se outros habitos o não vedassem¹⁸.»

A formação que queria proporcionar aos filhos era, porventura, aquela que ele próprio desejaria ter tido, mas não deixa de ser intrigante a passagem em que diz «poderei ter filhos», pois o primogénito, António do Canto Brum, nascido em Ponta Delgada a 22 de Junho de 1845, já existia à altura da redacção destas linhas. Dada a sua tenra idade, deve ter ficado no berço natal entregue aos cuidados de uma ama quando os pais partiram para o Faial em finais de Agosto desse mesmo ano, pelo que José do Canto ainda não o tinha como definitivamente vingado. De regresso a Ponta Delgada no Verão de 1846, após um ano de ausência entre a Horta, Londres e Paris, o jovem pai terá a satisfação de encontrar o menino bem criado e, para mais, Maria Guilhermina trazia no ventre outro a caminho, José do Canto Brum, nascido no burgo micalense a 7 de Janeiro de 1847. Depois do périplo europeu e da vistoria às terras do Faial e Pico, o cavalheiro aqui biografado instala-se então na ilha de São Miguel durante um período de aproximadamente oito anos, durante os quais se dedica à consolidação e aumento da família, enquanto de permeio desenvolve as suas inclinações agronómicas, lançando os alicerces daquela que veio a ser conhecida como a Casa Agrícola de José do Canto¹⁹ e patrocinando iniciativas que ficaram como marcos miliários da economia e sociedade micalense da segunda metade do século XIX. Devotado às obrigações da vida familiar, mas também consciente dos imperativos sociais que o levavam a dedicar-se à coisa pública, soube manter um difícil equilíbrio entre a recusa de cargos políticos²⁰ e o carácter de cidadão prestante

¹⁸ SDUA, *ABS-JC*, Londres, 20 de Abril de 1846.

¹⁹ A Casa Agrícola de José do Canto produzia laranja, vinho, trigo, milho, leguminosas e chá (cuja cultura e comercialização foram, aliás, por ele introduzidas em São Miguel no 3.º quartel do século XIX). A abundante correspondência que mantinha com o seu agente em Lisboa (Germano Serrão Arnaud) e os diversos procuradores e feitores espalhados pelo Pico, Faial e São Miguel testemunham bem a dimensão da sua actividade como exportador e empresário agrícola (v. Fernando Aires, *ob. cit.*, pp. 138-167). Além das ilhas do grupo central, onde o vinho do Pico era a produção mais destacada, as principais explorações e granjas de José do Canto em São Miguel situavam-se nos concelhos de Ponta Delgada (Grotinha), Ribeira Grande (Porto Formoso e Caldeira Velha) e Vila Franca do Campo (Furnas).

²⁰ José do Canto, *Aos michaelenses que pretendiam eleger-me deputado*, Ponta Delgada, 1852. Este opúsculo de 15 páginas, escrito nos primórdios da Regeneração com 32 anos de idade, constitui já aquele que virá a tornar-se o seu testamento político, do qual julgo útil citar estas linhas: «Pelo facto de não acceitar a honrosa missão que me quereis confiar, não me julgo isento da obrigação de empregar todo o meu zelo em prol dos nossos comuns interesses» (p. 14).

que, partindo do seu saber e fortuna pessoal, procurava movimentar a alavanca do progresso em domínios onde, em princípio, as responsabilidades do Estado não estavam supostas de serem ultrapassadas pela iniciativa privada.

UMA ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA NO PAÍS DAS LARANJEIRAS

O fomento económico da ilha de São Miguel, cujas potencialidades eram unanimemente evidentes para os cavalheiros ilustrados que a habitavam e visitavam, fossem eles nacionais ou estrangeiros, dependia de três pilares fundamentais: a instrução elementar daqueles que eram a espinha dorsal do sector primário; a regeneração da agricultura segundo princípios racionais que iam contra os arcaísmos do campesinato; finalmente, a criação de infra-estruturas viárias e portuárias (designadamente a de uma doca artificial em Ponta Delgada) que facilitassem o escoamento e circulação comercial dos produtos dentro e fora do mercado insular. A todos estes desafios pôs José do Canto ombros, muito embora eles fossem também sentidos e assumidos por outros dos seus patrícios igualmente empenhados em derramar as luzes do século numa ilha onde, então, parte significativa da paisagem rural e periurbana era dominada pelas quintas de laranja, fruteira que alguns proprietários designavam amorosa e sugestivamente de árvore dos *pomos d'ouro*. Dentro desse esforço geracional colectivo empreendido pela elite terratenente micaelense entre 1820 e 1850, uma das expressões mais interessantes foi o aparecimento da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense (SPAM) em 1843, cuja existência antecede a formação das sociedades agrícolas distritais, instituídas, a nível nacional, pelo decreto fontista de 23 de Novembro de 1854²¹. O núcleo fundador desta associação, composto por doze elementos que, quais apóstolos do evangelho agrarista, se propunham «tratarem do estabelecimento d'uma Associação que promovesse e animasse o adiantamento da Agricultura na ilha de S. Miguel»²², estava centrado sobre um grupo reduzido de terratenentes unidos por laços de parentesco e ami-

²¹ Por força deste decreto, a SPAM chegou a ver-se ameaçada de extinção, sendo, contudo, atingida uma solução de compromisso, pela qual, sem prejuízo substancial da sua designação e estatutos primitivos, lhe eram cometidas as funções de sociedade agrícola do distrito de Ponta Delgada, passando o governador civil deste a ser, por inerência, o presidente da mesma (cf. *Relatorio apresentado á Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense, pela sua Direcção, no dia 18 de Fevereiro de 1856*, Ponta Delgada, 1856).

²² Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada (BPAPD), Fundo da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense (SPAM), *Livro das Actas da Direcção (1843-1853)*, fl. 1 (excerto da reunião estatuinte que teve lugar nas casas de morada do morgado José Caetano Dias do Canto e Medeiros a 11 de Janeiro de 1843).

zade, aos quais se juntavam alguns homens de letras que, curiosamente, tinham todos sido preceptores e mestres do mancebo José do Canto²³. O destino, que parecia empurrá-lo desde pequeno para os estudos agrícolas, não obstante o súbito abandono da Universidade de Coimbra, acaba, afinal, por encontrar um ponto de convergência em 1843, quando, poucos meses após o seu casamento, se senta numa sala da antiga casa paterna onde, a 11 de Janeiro desse ano, decorre o acto fundacional da SPAM. De facto, aquele que aqui procuro biografar como *gentleman farmer*, para além da base patrimonial que lhe possibilitava pôr em prática os seus ensaios agronómicos, dispunha agora também de uma estrutura onde os ideais regeneradores da pátria por via da agricultura, compartilhados pelos sectores mais esclarecidos da fidalguia rural micalense, conheciam, finalmente, expressão institucional. E sublinho finalmente, porque os anseios agraristas já se faziam notar em São Miguel desde finais do século XVIII, ainda antes de José do Canto vir ao mundo. Aliás, seria de admirar que as luzes do saber agronómico não encontrassem aqui qualquer reflexo, muito embora nenhuma monografia sobre São Miguel (que uma representação dirigida a D. Maria em 1781 qualificava de «o Paiz mais fértil da Europa»²⁴) tenha sido publicada nas *Memórias de Agricultura* (1788-1791) ou nas *Memórias Económicas* (1789-1815) da Academia das Ciências de Lisboa. A falta de estudos e eruditos era compensada pelas generosas condições naturais e tudo (desde a riqueza dos solos vulcânicos à pequena amplitude térmica, passando pelas chuvas abundantes) concorria no sentido de, mais cedo ou mais tarde, vir a impor-se entre os micalenses uma reflexão reformista sobre as potencialidades agrícolas da ilha. Descontadas algumas contribuições pontuais feitas durante o período vintista por Vicente José Ferreira Cardoso (1765-1834)²⁵ e Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque (1792-1846)²⁶, e em conformidade com aquela *discreta desordem* que, nas

²³ Além de Caetano António de Melo e do P.^o João José do Amaral, já atrás referidos no corpo do texto, acrescente-se ainda o nome de Luís Quintino de Aguiar, que, ainda bastante novo, fora o mestre de primeiras letras de José do Canto.

²⁴ Arquivo Histórico Ultramarino, *Açores*, caixa 15, doc. 17. Esta representação, dirigida a D. Maria I por José Medeiros da Costa Albuquerque, nascido em Ponta Delgada em 1744, é um exemplo cabal das ideias agraristas que, difusamente, já medravam em São Miguel no último quartel do século XVIII. O referido documento encontra-se transcrito no meu estudo «As luzes escondidas da modernidade em São Miguel — uma proposta de itinerário retrospectivo», in *Actas do Congresso Comemorativo do I Centenário da Autonomia dos Açores*, vol. 1, Ponta Delgada, 1995, pp. 159-206.

²⁵ Nomeadamente na *Correspondência oficial relativa à Comissão de que foi encarregado o Dr. Vicente José Ferreira Cardoso da Costa sobre os melhoramentos da Ilha de S. Miguel, 1824-1828*, Ponta Delgada, 1881, e as *Considerações sobre o proveito da cultura do Tabaco em S. Miguel*, Ponta Delgada, SPAM, 1848, ambas publicadas postumamente.

²⁶ *Observações sobre a ilha de São Miguel recolhidas pela Comissão enviada à mesma ilha em Agosto de 1825 e regressada em Outubro do mesmo ano*, Lisboa, 1826.

palavras do visconde de Vilarinho de São Romão²⁷, caracterizava a agronomia portuguesa na primeira metade do século XIX, tardava em aparecer na ilha de São Miguel um discurso científico sobre a agricultura que, feito a partir de dentro pelos próprios micalenses, procurasse ordenar racionalmente a pródiga fertilidade natural das terras.

Mas tarde é o nunca e, para todos os efeitos, a SPAM não só será a expressão local desse discurso, como pode até vangloriar-se de inegável pioneirismo no panorama nacional. A sua criação antecede a institucionalização do ensino agrícola em Portugal, ocorrida em 1853-1854 com José Maria Grande e a abertura do Instituto Agrícola de Lisboa²⁸, sendo também a única estrutura associativa regional do género a surgir no país durante a primeira metade de Oitocentos. É caso para perguntar porquê. Por que razão os ecos da modernidade agronómica se fazem sentir, neste caso, da periferia para o centro? Se atendermos a certas características da ilha de São Miguel no período aqui considerado, designadamente a prosperidade da economia local no «ciclo da laranja», a qual coincide com a instabilidade política reinante antes da Regeneração e possibilita às elites envolvidas na produção e comércio desse fruto um contacto directo com Londres e os principais centros da civilização contemporânea, talvez a iniciativa privada deste grupo de cavalheiros micalenses, tomada à margem de directivas públicas em matéria de política agrícola, não seja assim tão intrigante no seu pioneirismo. As condições, como vimos, estavam reunidas, faltava apenas um pequeno nada para que os novos princípios da ciência agronómica fossem objectivamente traduzidos na criação de uma associação agrícola que, à semelhança de outras instituições congéneres anglo-americanas de carácter regional, toma a designação de Sociedade Promotora da Agricultura²⁹. Esse pequeno nada era um insecto que dava pelo nome de *coccus hesperidum*, vulgarmente conhecido por «devorista das laranjeiras», cuja intromissão e propagação oportunista na ilha ameaçava a sua principal fonte de riqueza, funcionando, portanto, como um toque a rebate entre os proprietários mais directamente afectados pela praga. José do Canto era um deles e é precisamente pela sua

²⁷ Usadas, em 1822, num tratado sobre as erguidas das vinhas (*apud* Maria Carlos Radich, *Agronomia no Portugal Oitocentista. Uma Discreta Desordem*, Oeiras, Celta Ed., 1996, p. XIV).

²⁸ Além da obra citada na nota *supra*, v. ainda de José M. Santos Conde, *José Maria Grande — Figura Nacional do Liberalismo*, Lisboa, Ed. Colibri, 1998.

²⁹ A tradição deste tipo de sociedades remontava, pelo menos, aos inícios do século XVIII com a Society of Improvers in the Knowledge of Agriculture in Scotland, criada em 1723, tendo conhecido ampla difusão nos jovens estados da União Americana (nomeadamente os de Filadélfia e Carolina do Sul) ainda antes da viragem para o século XIX com a formação das *societies for promoting agriculture* (cf. Richard Brown, *Society and Economy in Modern Britain, 1700-1850*, Londres, Routledge, 1991, p. 59, e Barbara McEwan, *Thomas Jefferson: Farmer*, Londres, McFarland, 1991, pp. 17-18).

voz, num interessante bosquejo histórico acerca da economia micaelense, intitulado «Para que serve uma sociedade d'agricultura»³⁰, que encontramos confessado o factor decisivo para a criação da SPAM:

Nos fins do século passado (o XVIII) encetou-se o commercio d'um pômo [...] a laranja [...] Este commercio em boa hora estreado, e continuado auspiciosamente, veio dar a S. Miguel uma opulencia, e prosperidade que ninguem ousára acreditar, e que nem todos acreditarão [...] Eis o que produz o azafamado trafico da estação invernosa, eis o que apinha de velas a nossa costa, o que dá de comer a milhares de habitantes, o que dá a riqueza e a vida á nossa Patria, o que nos constitue excepção singular no meio da lamentavel pobreza de Portugal e seus dominios. Mas lancêmos para longe a vaidade! Se esta fonte de thesouros secasse, como lhe havíamos de supprir o desfalque?... Resolver este problema, eis-ahi, em summa, a verdadeira e ardua missão da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense. Se houve epocha, em que uma Associação d'esta natureza fosse proveitosa, hoje, não só é de proveito, mas imperiosamente a reclama a continuação da nossa prosperidade.

Entre os interesses privados e a filantropia patriótica, a SPAM poder-se-ia definir como um clube de cavalheiros que, do alto das suas luzes e bens, resolvem empreender uma «revolução regeneradora, pacífica e vagarosa» na sociedade micaelense. Como fazê-lo? Por via da agricultura. Com que objectivos? Aparentemente, os de aprofundar em São Miguel uma espécie de modelo de autarcia insular. É o que ressalta, creio, dos quesitos «revolucionários» enunciados pelo próprio José do Canto: «1.º Supprir pela produção propria, quanto possivel, a importação estranha; 2.º Introduzir, multiplicar, e melhorar indefinidamente todos os generos de cultura, e industria; 3.º Descobrir mercados faceis a todos os nossos productos, firmando a sua reputação³¹.» Dir-se-ia que, inebriados com o perfume da flor das laranjeiras, estes senhores proprietários sonhavam alto. Sonhavam porque a ilha, para mais fértil e bela como esta era, convidava à utopia, e alto, porque tinham fortuna pessoal suficiente para tentarem realizar essa quimera. De facto, a SPAM esteve longe de ser uma diletante assembleia recreativa onde os seus membros se reuniam para tomar chá ou folhear distraidamente no gabinete de leitura³² a última *Gardener's Magazine* chegada de Londres. Tudo era levado muito a sério.

³⁰ Publicado no periódico da SPAM, *O Agricultor Michaelense* (n.º 1, Outubro de 1843, pp. 6-10)

³¹ *Ibid.*

³² Cujos conteúdos abarcava o *tutti quanti* da literatura científica respeitante à agricultura até meados do século XIX, reflectindo, assim, um universo de leituras bastante completo e actualizado, quer em termos de obras clássicas, quer das mais recentes publicações periódicas

A publicação do jornal *O Agricultor Michaelense*³³, o primeiro periódico especificamente dedicado à agricultura em Portugal, traduz o empenhamento e consistência do projecto que a SPAM pretendia levar a cabo, valendo-se da imprensa como instrumento propagandista de um *saber* cuja difusão e partilha pública eram consideradas essenciais para o sucesso da empresa. Mas, independentemente do voluntarismo das colaborações literárias e científicas dos sócios, imprimir um jornal custava dinheiro. José do Canto, casado de fresco, tinha-o. A ele se deve, conforme reconhece o presidente da SPAM, José Jácome Correia, em discurso pronunciado na reunião de 3 de Maio de 1843, a iniciativa e suporte financeiro da publicação de *O Agricultor Michaelense*, cujo número inaugural sai do prelo em Outubro desse mesmo ano. Na capital do reino, a *Revista Universal Lisbonense*, dirigida por António Feliciano de Castilho, saudava o aparecimento desta dupla novidade (associação/periódico agrícola) e encorajava os restantes distritos e regiões do país a seguirem o exemplo de Ponta Delgada³⁴. Mal sabia Castilho que, poucos anos volvidos, em Janeiro de 1848, seria ele o redactor desse jornal micalense ao qual irá emprestar um tom mais ameno e literário que, de certa forma, desvirtua as características científico-agronómicas iniciais da publicação, muito embora a sua pena, paga a peso de ouro pela direcção da SPAM³⁵, tenha contribuído para uma melhor projecção dos ideais agraristas dessa associação no espaço regional e nacional. Bastará, aliás, lembrar que foi nas páginas deste «jornal de província» que Castilho redigiu, sob a epígrafe «O serão do casal», uma série de editoriais depois compilados e publicados na obra *A Felicidade pela Agricultura*³⁶ que, à

francesas e inglesas [cf. BPAPD, SPAM, *Catálogo da Livraria da SPAM* (refira-se, a título de curiosidade, que este catálogo manuscrito, organizado por títulos e autores, foi encadernado, assim como muitos outros dos livros de actas e correspondência da Sociedade, pelo pai de Antero, morgado Fernando do Quental)].

³³ Doravante designado por *AM*, constituiu um dos mais interessantes casos da imprensa científica portuguesa de meados do século XIX. Com periodicidade mensal (Ponta Delgada, 1.ª série, 21 números, 1843-1845, 328 páginas; 2.ª série, 51 números, 1848-52, 852 páginas).

³⁴ Cf. *AM* (n.º 4, Janeiro de 1844, pp. 48-9), onde são reproduzidas as notícias que, tanto no periódico de Lisboa como na *Sentinelles des Campagnes*, publicada em Bruxelas, saúdam o aparecimento do primeiro número deste jornal micalense.

³⁵ Em carta datada de 22 de Dezembro de 1847, a direcção da SPAM propunha-se assegurar a Castilho, por meio de uma escritura pública, «a quantia de 800\$000 réis de moeda insulana, em prestações mensaes de réis 66\$666, durante o tempo que a V. S.ª for possível redigir *O Agricultor Michaelense*» [cf. BPAPD, SPAM, *Correspondência expedida (1844-48)*, fls. 23 v.º-24).

³⁶ A primeira impressão deste livro, onde, segundo as próprias palavras de Castilho, «reuni [...] algumas das minhas utopias, já publicadas em um pequeno, mas boníssimo, periódico mensal provinciano», é feita em Ponta Delgada (1849). Dele existe uma edição actualizada (prefácio de Cecília Barreira, Odivelas, Europress, 1987).

margem dos seus discutidos contornos reaccionários e/ou socializantes, constitui, sem sombra de dúvida, uma referência incontornável no quadro do liberalismo romântico português da primeira metade do século XIX³⁷. Razão suficiente, creio, para que o significado da SPAM e de *O Agricultor Michaelense* merecesse uma melhor atenção por parte da historiografia actual, que, salvo honrosas excepções³⁸, ignora a sua relevância (quando não até a existência) no plano institucional e doutrinário do agrarismo oitocentista português³⁹. À sombra desse corifeu literário jazem esquecidos os *country gentlemen* locais que, tanto do ponto de vista material como técnico, eram, afinal, a verdadeira alma de um projecto cuja identidade própria, sobretudo ao nível especificamente agronómico, estava longe de se esgotar no discurso de Castilho. Apresentada a associação agrícola, é tempo de recentrar o olhar sobre a figura aqui biografada, até porque foi graças aos seus sólidos rendimentos (e também aos de José Jácome Correia) que a SPAM pôde dar-se ao luxo de, entre 1848 e 1850, assegurar os serviços de tão ilustre colaborador.

LAVRADOR DE LUVAS DE PELICA

A expressão *gentleman farmer* já foi usada, e bem, por outra autora para caracterizar esse novo tipo social oitocentista que emerge na elite terratenente micaelense robustecida pelo comércio da laranja com Inglaterra⁴⁰. Retomo-a, com a devida vénia, porque calha tão bem à figura aqui retratada, designadamente na pose em que procuro surpreendê-la, que seria quase petulante não a pedir de empréstimo. Sem pretender entrar em grandes escavações polissémicas acerca do significado do termo *gentleman*, desde as suas origens até à época vitoriana, direi apenas que, no último quartel do

³⁷ Cf., a este respeito, Alfredo Margarido, «Quelques mythes agriculturistes et instructionnistes dans la pensée et la pratique portugaises (particulièrement chez António F. de Castilho) pendant la première moitié du XIX siècle», in *Utopie et socialisme au Portugal au XIX siècle*, Paris, FCG-CCP, 1982, pp. 535-585, e os reparos críticos feitos a esse mesmo ensaio por Augusto Santos Silva em «Formar a nação: vias culturais do progresso segundo intelectuais portugueses do século XIX», in *Cadernos «Estudos Contemporâneos»*, n.º 5, Porto, SEC-CEH, 1987, pp. 46-47.

³⁸ Como, por exemplo, a de Maria Fátima Nunes, in *Leitura e Agricultura. A Imprensa Periódica Científica em Portugal (1772-1852)*, 2 vols., 1994, dissertação de doutoramento em História da Cultura Moderna e Contemporânea apresentada à Universidade de Évora.

³⁹ Omissão compreensível, dado o seu timbre mais generalista e de divulgação, em Maria Irene Vaquinhas e Margarida Neto, «Agricultura e mundo rural: tradicionalismos e inovações», in *História de Portugal*, vol. V, *O Liberalismo*, Lisboa, Estampa, 1993, pp. 325-337, mas particularmente intrigante, mais a mais dada a sua qualidade e carácter exaustivo, na obra de Maria Carlos Radich (v., *supra*, nota 27).

⁴⁰ Sacuntala de Miranda, *O Ciclo da Laranja e os «Gentlemen Farmers» da Ilha de S. Miguel, 1780-1880*, Ponta Delgada, Instituto Cultural, 1989.

século XVIII, esta palavra já não define uma condição adquirida pelo nascimento (*gentility*), reportando-se cada vez mais a um determinado modo de vida elegante em que o lazer não é de todo incompatível com alguns trabalhos, designadamente aqueles ligados à terra e à respeitável arte da agricultura⁴¹. É neste contexto, o do reinado de George III em Inglaterra, ele próprio um devotado agrarista, que Henry Home, filho de um pequeno *country gentleman* escocês, cuja carreira na barra dos tribunais lhe valerá mais tarde o título de Lord Kames, publica, em 1776, a obra *The Gentleman Farmer: being an attempt to improve Agriculture by subjecting it to the test of Rational Principles*⁴². Como se o subtítulo já não dissesse quase tudo acerca do sentido em que aqui é empregue a expressão analisada, atentemos nas linhas da carta que, a abrir o livro, o autor dirige a Sir John Pringle, presidente da Royal Society: «Agriculture justly claims to be the chief of arts: it enjoys besides the signal pre-eminence of combining deep philosophy with useful practice. The members of your Society cannot employ their talents more profitably for their country, nor more honourably for themselves.⁴³» Salvaguardadas as distâncias, o modelo de *gentleman farmer* aqui enunciado ajusta-se como uma luva a José do Canto; claro que, em termos estritamente científicos, o proprietário micaelense nada tinha a aprender com a obra de Lord Kames, pois os progressos da química, da fisiologia vegetal e da microbiologia, bem como as inovações tecnológicas da mecânica aplicada à produção agrícola, tinham sido enormes entre as décadas de 1770 e 1840, mas outro tanto não poderá dizer-se das considerações morais, sociais e filosóficas que Home expõe no prefácio acerca da agricultura como uma das mais nobres ocupações a que pode dedicar-se um cavalheiro. Nomeadamente o *country gentleman* a quem se dirigiam essas palavras, isto é, aquele membro da fidalguia rural que vivia *na terra* e da terra, e ao qual era proposto um novo modelo de conduta bem diferente do dos seus pais e avós:

In former times, hunting was the only business of a gentleman [...] His train of ideas was confined to dogs, horses, hares, foxes: not a rational idea entered the train, not a spark of patriotism, nothing done for the public, his dependents enslaved and not fed, no husbandry, no embellishment [...] Consider the present mode of living. How delightful the change, from the hunter to the farmer, from the destroyer of animals

⁴¹ V. André Parreaux, *La société anglaise de 1760 à 1810. Introduction à une étude de la civilisation anglaise au temps de George III*, Paris, PUF, 1966, pp. 107-110.

⁴² A edição consultada (6.^a, Edimburgo-Londres, 1815), à qual é acrescentado um necessário suplemento, espelha bem o ritmo evolutivo que conhecia a agricultura em Inglaterra na transição dos séculos XVIII-XIX.

⁴³ *Ibid.*, p. VIII.

to the feeder of men! Our gentlemen who live in the country, have become active and industrious. They embellish their fields, improve their lands, and give bread to thousands⁴⁴.

Em São Miguel, a caça, enquanto expressão aristocrática do *otium cum dignitate*, não terá sido uma actividade tão emblematicamente característica da fidalguia rural como o era nas Ilhas Britânicas (nem conheceu decerto os contornos cavaleirescos e *flamboyants* da caçada à raposa), mas o novo padrão de comportamento, acima proposto pelo escocês aos terratenentes em geral, adivinha-se com clareza no programa que os grandes proprietários micalenses agrupados na SPAM desejavam levar a cabo, sobretudo quando enfatizam o alcance social e moral do seu associativismo agrícola:

A Sociedade acha-se hoje constituída d'uma maneira tal, que é muito de esperar consiga o fim para que foi creada; as pessoas as mais influentes, pelos seus conhecimentos e riqueza, fazem parte d'ella — animados da melhor boa vontade, verdadeiramente amantes do seu paiz — e desejando ver sahir a Agricultura da apathica rotina e desamparo em que até agora tem jazido: é muito d'esperar que não pouparão esforços e fadigas para levar ávante uma empreza tão honrosa, como util. Alem do interesse geral, não interessais particularmente vós possuidores das terras (*sic*)? Não estão intimamente ligados os vossos interesses com os dos Lavradores das vossas terras? [...] Ao lado d'esta questão d'interesses materiaes, está o do interesse moral: se todos tiverem pão para comer [...] não diminuirão consideravelmente os incentivos do crime? As vossas propriedades não estarão mais seguras? Se melhorardes o actual systema de cultura tereis d'empregar mais braços e não vereis os vossos filhos ir-se, escravos, morrer á mingoa nos certões do Brazil. Que Gloria não será a vossa se conseguirdes evitar essa emigração a que a força d'um Governo não tem podido obstar, apesar de rigorosas medidas⁴⁵?!!

No cruzamento do público e do privado, da filantropia e do prestígio social, aqui temos, pintado em auto-retrato, o perfil dos *gentlemen farmer* oitocentistas micalenses. As palavras são de José Jácome Correia, o primeiro presidente da SPAM, mas os restantes sócios subscreviam-nas decerto sem hesitação, designadamente os irmãos André e José do Canto, que, de parceria com Jácome Correia, formam o trio de personalidades mais destacadas na fase inicial desta associação. São eles os principais ideólogos e promotores capitalistas da «revolução» agrícola que, entre 1835 e 1852, esta geração liberal e romântica

⁴⁴ *Ibid*, p. xx.

⁴⁵ Excerto do discurso pronunciado pelo presidente da SPAM a 3 de Maio de 1843, in *AM*, n.º 1, pp. 5-6.

micaelense quer ver implantada na sua ilha. Uns mais, outros menos, cabem todos dentro do conceito de *gentleman farmer* que, deixemo-nos de estrangeirismos, passarei doravante a traduzir pela expressão portuguesa «lavrador de luvas de pelica», cuja autoria, aliás bastante feliz, não poderei reclamar como minha, pois já em 1866, numa conferência proferida na Real Associação Central da Agricultura Portuguesa⁴⁶, Caetano Maria Ferreira da Silva Beirão empregava esse termo para designar os grandes proprietários que, em sua opinião, tinham sido os verdadeiros responsáveis pela introdução das inovações técnicas na agricultura oitocentista portuguesa, nomeadamente no capítulo da mecânica.

No caso de São Miguel, tanto a repartição da propriedade como a morfologia do solo não eram muito favoráveis à industrialização das culturas agrícolas e a difusão do saber agronómico durante o período aqui analisado, sobretudo no que à mecanização diz respeito, circunscreveu-se aos rolos e tintas das poucas tipografias então existentes em Ponta Delgada. Efectivamente, a imprensa local, cujo primeiro título periódico só surgiu em 1835⁴⁷, foi o ponto de partida de uma transformação agrícola que, antes do mais, passou pelo punho daqueles que traziam para a praça pública através dos jornais a sua reflexão acerca do estado das coisas na agricultura micaelense. A pena era, pois, o primeiro arado dessa renovação que, antes de rasgar os solos, teria de se desenvolver aos poucos na consciência dos lavradores, fossem eles rústicos ou de luvas de pelica. Logo, o jornalismo, facho das luzes do século e seu mais efectivo instrumento publicitário, bem como o problema da instrução (fosse ela básica ou de nível superior), assumiam uma importância axial no desenvolvimento da agricultura, diagnóstico esse que André e José do Canto se apressaram a fazer, sublinhando ambos a prioridade do ensino e associativismo agrícola entre os membros da elite terrate-nente, aos quais caberia depois a responsabilidade da difusão do saber agronómico no sentido descendente da escala social.

André do Canto, em duas interessantes cartas dirigidas ao jornal *O Açoriano Oriental*, respectivamente datadas de 3 de Novembro e 24 de Dezembro de 1838, é quem primeiro vem a terreiro demonstrar o irreprimível sobressalto que agitava então os proprietários mais ilustrados da ilha, obviamente preocupados com a negligência do Estado relativamente à promoção da agricultura, tanto a nível local como nacional. Dado que, nesta matéria, o governo não governava, impunha-se então que os cidadãos, quanto mais

⁴⁶ «Conferência», in *Revista Agrícola*, n.º 1, 1866 (*apud* Maria Carlos Radich, *ob. cit.*, pp. 135-136).

⁴⁷ *O Açoriano Oriental*, Ponta Delgada, n.º 1, 18 de Abril de 1835. Fundado por Manuel António de Vasconcelos, este semanário, que bastantes anos mais tarde passará a diário, ainda hoje ostenta orgulhosamente o título de o «mais antigo jornal português em circulação».

não fosse por imperativos patrióticos, tomassem eles mesmos as iniciativas tidas como necessárias. Daí o apelo dirigido por André do Canto ao redactor do *Açoriano*, Manuel António de Vasconcellos, de quem era, aliás, íntimo amigo e companheiro político nas fileiras setembristas:

Sr. Redactor:

A Impressão d'um Jornal não devendo ter por fim senão a felicidade dos individuos para quem é escripto, entendo eu que é stricta obrigação do Jornalista procurar alcançar por todos os meios esse fim [...] Um dos meios de conseguir o bem estar dos povos é sem duvida o estar alerta contra os abusos e oppressões das authoridades; da boa coordenação dos differentes ramos da arvore Social depende esse bem inapreciavel — a Liberdade — porem Sr. Redactor se um paiz qualquer não tem agricultura, ou se, essa que tem, está atrasada [...] infeliz será esse paiz, ainda que as Authoridades exactas cumprão suas obrigações. Será isto assim Sr. Redactor? se pois V. está d'accordo comigo sobre esta matéria, quizera que entrasse alguma cousa sobre agricultura na redacção do *Açoriano* [...] Se pois nós não temos Governo que olhe por nós, façamos nós mesmos o possivel por melhorar nossa agricultura, quem melhor que V., que tem tomado sobre seus hombros a difficil tarefa d'escrever para o Publico, pôde instruillo, illustrá-lo, apresentando-lhe amiudadas vezes artigos sobre esta materia; mostrando-lhe quasi à evidencia a conveniencia em largar usos rotineiros, fazer novas experiencias, novos ensaios sobre methodos adoptados em toda a parte^{48?}

Em boa verdade se diga que Manuel António de Vasconcellos dispensava chamadas de atenção sobre o assunto, pois o jornal que redigia, embora de pendor político, não se poupava a reflexões agrícolas, tendo, inclusivamente, partido dele próprio o primeiro alvitre para a constituição de uma companhia ou associação agrícola em São Miguel com o objectivo de promover o arroteamento e cultivo dos extensos terrenos baldios da Achada das Furnas⁴⁹. Secundando a ideia do associativismo, André do Canto coloca, contudo, a tónica na necessidade de esta servir para promover e enquadrar o ensino prático da agricultura: «[...] eu concordo com V. no estabelecimento d'uma Associação Agrícola, porem acho que (esta deve ...) servir para estabelecer

⁴⁸ *Ibid.*, n.º 185, 3 de Novembro de 1838.

⁴⁹ *Ibid.*, n.º 19, 29 de Agosto de 1835. A importância e significado deste texto, aliás, tanto não eram ignorados pelos membros da SPAM que, praticamente dez anos volvidos sobre a sua publicação, é de novo reimpresso nas páginas do *Agricultor Michaelense* com as seguintes palavras prévias de José do Canto: «Em 1835, quando mais travadas e feias andavão as civicas dissensões [...] já um dos homens que n'esta Ilha dirigia a opinião d'um partido, por uma digressão singular d'aquellas habituaes polemicas, de que então nos nutriamos, e como que precursor do nosso verdadeiro interesse e destino, havia tractado uma grave questão d'Agricultura Michaelense — a rotação dos maninhos» (n.º 4, 20 de Janeiro de 1844, pp. 45-46).

uma Lavoura modelo ou talvez mais apropriadamente, Escola Normal d'Agricultura [...] é assim praticamente que os Povos aprendem principalmente n'um Paiz em que a População, geralmente fallando, não é sufficientemente illustrada, para se convencer das cousas por bonitos discursos; é vendo que elles aprendem⁵⁰.»

A proposta, de contornos tão sensatos quanto avançados, tomava como modelo as granjas francesas de Roville, Grignon e Grandjouan, todas elas criadas nas décadas de 20-30, alguma das quais André do Canto, provavelmente, visitou durante o seu périplo europeu de 1836⁵¹. Penso, aliás, que esta sua «viagem agrária», para retomar a expressão de von Bath acerca do que era então prática corrente entre alguns cavalheiros da época⁵², poderá ter tido alguma influência na precocidade com que se manifestou em São Miguel o associativismo agrícola e a difusão do novo saber agronómico. Do que não me restam quaisquer sombras de dúvida é sobre a influência decisiva que André do Canto teve sobre o irmão nessa matéria. Mais novo do que ele seis anos, José do Canto tinha pelo seu «querido Andresinho» uma adoração feita de amor fraterno e admiração intelectual, a qual terá decerto pesado na sua decisão inicial de estudar Botânica em Coimbra (curso que nem sequer chegou a abrir no ano lectivo de 1840-1841, porque o respectivo lente, José Maria Grande, era deputado e não tinha substituto⁵³) e que, bastante mais tarde, procuraria transmitir aos filhos, quando matricula António do Canto Brum na Academia Agrícola de Hohenheim (Vurtemberg, Alemanha) em 1865. Esta obstinação em facultar aos herdeiros o que havia desejado para si — instrução superior em termos agrícolas — decorria do diagnóstico que ele próprio traçou com sagacidade no número inaugural de *O Agricultor Michaelense* em 1843:

[...] dirigimo-nos enfim na difficil arte dos campos quasi sempre polo acaso, commumente por antigas rotinas, raramente por mal calculadas innovações. E como poderia acontecer diversamente, se a Lavoura, salvas poucas excepções, está entregue a homens desprovidos dos mais simples

⁵⁰ *O Açoriano Oriental*, n.º 188, 24 de Dezembro de 1838.

⁵¹ Para as granjas e os estabelecimentos de ensino agrícola, v. a *Histoire de la France rurale* (dir. de G. Duby e A. Wallon), Paris, Ed. Seuil, vol. 3, pp. 418-19. André do Canto, tal como seu pai o faria um ano mais tarde, deu uma volta pela Europa em 1836, com passagens obrigatórias por França e Inglaterra. Da carta que lhe escreve de Londres o mano José dez anos mais tarde, já atrás transcrita no corpo do texto (v., *supra*, nota 18), julgo plausível poder concluir que André tenha pelo menos visitado o estabelecimento de Grignon, nos arredores de Paris.

⁵² Cf. B. H. Slicher von Bath, *Historia Agraria de Europa Ocidental, 1500-1850*, Barcelona, Ed. Ariel, 1978, p. 360.

⁵³ Conforme revela o jovem José em carta endereçada ao pai: «Tinha mandado dizer ao Mano André que hia frequentar um curso de Botanica, mas depois soube que o Lente José Maria Grande é Deputado e não tem substituto o que será causa de a 2 de Janeiro se fechar o estudo» (SDUA, *ABS-JC*, Lisboa, 18 de Dezembro de 1840). José Maria Grande havia sido eleito nas listas dos cartistas pelo círculo de Portalegre para a legislatura que se iniciou em Maio de 1840 (cf. José M. Santos Conde, *ob. cit.*, p. 35).

elementos d'educação, e com a mais rude negação para experimentar? Como não succederia assim, se, no nossos paiz exclusivamente agricola, em quanto numerosos mancebos seguem Universidades, e se lanção à tortuosa senda da Jurisprudencia — campo espinhoso e talvez sem futuro — nem um só vemos estrear-se com a amena e bem aventurada vida de Lavrador, munido de especial instrucção, e aparelhado a *guiar* praticamente uma granja, e suas variadas dependencias? Como pode a Agricultura deixar de ser o que é⁵⁴?

Segundo José do Canto, na esteira de seu irmão André, a solução do problema era proporcionar aos rendeiros a educação que lhes faltava e aos proprietários a instrução superior adequada à sua condição de lavradores de luvas de pelica. Outros, pelo contrário, diziam que o principal entrave ao desenvolvimento da agricultura local era a existência dos vínculos concentrados nas mãos desses senhores, cuja abolição se impunha em nome do bem público. Ambos os argumentos faziam inteiro sentido e, nas respectivas quotas-partes de razão, configuram duas abordagens distintas da problemática oitocentista do fomento e modernização agrícola: a técnico-científica, cuja tónica era posta no ensino; a de pendor mais socializante, onde a ênfase raciaía sobre a desvinculação e justa distribuição da propriedade. Como seria de esperar, José do Canto e os membros da SPAM, apesar de publicamente conotados com o setembrismo⁵⁵, enveredaram pelo discurso erudito da instrução. Mesmo esse, contudo, conhecia *nuanças*, consoante os níveis de cultura e grupos sociais considerados: uma coisa era a o «âbêcê» dos rústicos, outra a ilustração dos senhores. Assim, numa primeira fase, entre 1843 e 1845, *O Agricultor Michaelense* dirige-se aos cavalheiros ilustrados e as suas páginas são em grande parte preenchidas com propostas e ensaios científicos dos irmãos Canto ou então por traduções de autores clássicos (Columella) e modernos (Raspail) no campo da agricultura, geralmente a cargo de Caetano António de Melo e João José do Amaral. A fase seguinte, entre 1848 e 1850, traduz uma abordagem distinta (mais inclinada para os lavradores de mãos calejadas) do axioma progresso agrícola-instrução pública, cuja formalização literária e ideológica caberá a António Feliciano de Castilho, então redactor do jornal, sendo consubstanciada num díptico de obras — *Felicidade pela Agricultura* (1849) e *A Felicidade pela Instrução* (1854) — que testemunham a influência discreta, mas efectiva, da SPAM e de José do

⁵⁴ *AM*, n.º 1, p. 9.

⁵⁵ É o que transparece da carta enviada de Ponta Delgada (31 de Dezembro de 1847) por António Feliciano de Castilho à família em Lisboa, relatando o convite que lhe tinha feito a SPAM para redigir o seu jornal: «Agora, o que é mais de notar (e isto aqui só para nós) é que esta proposta de redacção, tão util no fundo, e delicadissima em todas as cláusulas que a acompanharam, me foi feita por gente do partido Setembrista, e da mais exaltada» (cf. *Obras Completas de Castilho. Cartas*, Lisboa, Empresa da História de Portugal, s. d., p. 113).

Canto naquela que viria a ser a cruzada do seu compadre Castilho⁵⁶ em prol da alfabetização popular. O contexto em que emerge a utopia social e pedagógica do «método de Castilho», cujos contornos ruralistas devem bastante ao estágio micaelense, explica ao mesmo tempo as resistências estruturais que se opunham à sua concretização. Instruir os camponeses com métodos eruditos revelou-se quimera própria de alguém que, como diria Antero mais tarde, por ocasião da célebre *Questão Coimbrã*, não enxergava bem a realidade. E a realidade era que nem todos os proprietários estavam preparados para receber as inovações agronómicas do século, muito menos aqueles lavradores de mãos calejadas sobre quem a modernização da agricultura defendida pelos luvus de pelica «iria assim pesar como a sombra de uma ‘maldição’ social»⁵⁷.

EPÍLOGO: O CHARME DISCRETO DA VIDA PRIVADA

Com o andar dos tempos e das circunstâncias, essa lenta «revolução» que José do Canto pretendia operar na agricultura e sociedade micaelense foi-se circunscrevendo a projectos cada vez menos colectivos e ambiciosos. Apesar da instabilidade política reinante na década de 1840, ou talvez por causa dela, o núcleo duro dos fundadores da SPAM quis imprimir uma dimensão pública às suas iniciativas que, atingido um primeiro pico com a passagem de Castilho por *O Agricultor Michaelense*, acabou por se desvanecer à medida que a Regeneração e, com ela, o Estado chamavam a si o protagonismo das reformas. Mas, do ponto de vista em que me situo, o da micro-história biográfica, nem tudo se explica pela evolução do contexto político nacional e, nesta perspectiva, alguns factores relativos à vida pessoal e familiar de José do Canto estiveram também na base do esvaziamento dos projectos iniciais desta instituição associativa. A morte prematura, em Abril de 1848, de André do Canto, por muitos considerado o verdadeiro pai da SPAM, foi decerto um deles.

Na verdade, José não só perdia o irmão que, segundo ele próprio confessava, era «a pessoa a quem talvez tenho mais estimado»⁵⁸, como via desaparecer o seu principal mentor nas lides agraristas. André, aliás, soltou o último suspiro na cama com um livro de economia rural aberto sobre o peito. Morte tão súbita quanto santa, cujo sugestivo simbolismo a lira de António Feliciano de Castilho, encarregue de lhe fazer o elogio fúnebre à beira da campa, se apressou

⁵⁶ José do Canto e sua mulher foram padrinhos de baptismo de uma das filhas (gémeas) de Castilho nascidas em Ponta Delgada em Outubro de 1848. Assim, ficava selada entre os dois uma relação que, independentemente da amizade, se traduziu no discreto apoio mecenático que José do Canto prestou ao literato durante a sua estada em São Miguel (oferecendo-lhe um prelo tipográfico) e, mais tarde, quando residiu em Paris (financiando a luxuosa edição ilustrada das *Geórgicas*, de Virgílio, traduzidas por Castilho).

⁵⁷ Maria Carlos Radich, *ob. cit.*, p. 136.

⁵⁸ Cf. *Cartas Particulares do Sr. José do Canto aos Srs. José Jácome Correia ...*, p. 28.

gulosamente a sublinhar, consagrando o defunto como modelo cívico de amor à terra no seu duplo sentido agrícola e patriótico: «O quanto elle queria á arte, que fertilisa o solo e aperfeiçoa os homens, o seu ultimo momento o simbolisou; espira com um livro d'Agricultura abraçado sobre o coração [...] como homens, como Portuguezes, como concidadãos, devemos suppôr que nos deixou em legado o seu querido pensamento de bem fazer á terra patria; vivamos pois como elle viveo e expiro; vivamos com a agricultura, isto é, com a felicidade pública abraçada sobre o coração»⁵⁹.

Estas eloquentes palavras — viver para a agricultura, viver para a felicidade pública — algum eco terão encontrado no dorido coração do mano José, que a partir daí assume de parceria com Jácome Correia os destinos da SPAM. Efectivamente, nunca a actividade desta associação foi tão prolixa e dinâmica, como o testemunham, de resto, as páginas do seu periódico mensal, que, mesmo após o regresso definitivo de Castilho a Lisboa em finais de 1849, continua a ser publicado com uma qualidade e regularidade quase pendular até Março de 1852. O vazio deixado pelo autor d'*O Bardo* procura-se preencher com a colaboração literária de Alexandre Herculano e Almeida Garrett⁶⁰, mas não se julgue que o jornal agrícola havia hipotecado a sua identidade própria, pois, muito pelo contrário, datam precisamente desse período alguns dos textos agriológicos mais interessantes até então aí impressos e também a apresentação de arrojadas propostas, como a do «Projecto de banco hypothecario na ilha de S. Miguel»⁶¹, da autoria de José do Canto, cujo alcance e impacto social era, por si só, evidente.

Porém, não se ficam por aqui as provas de empenhamento do biografado relativamente à formação de uma cultura agronómica local, já que a tradução mais cabal desta atitude missionária é a publicação, durante dois anos consecutivos, de um curioso e bem burilado *Almanak Rural dos Açores*⁶², o qual, embora impresso sob a chancela da SPAM e contando com o contributo de outros sócios, é na sua maioria redigido e composto por José do Canto; aliás, era ele quem, na qualidade de secretário, carregava às costas com praticamente toda a actividade editorial desta associação, conforme o testemunha o relatório

⁵⁹ O elogio fúnebre de André do Canto no cemitério público de S. Joaquim, o primeiro do género a ser proferido em Ponta Delgada, foi depois publicado no *Agricultor Michaelense*, 2.ª série, n.º 4, Abril de 1848, pp. 88-90.

⁶⁰ A direcção da Sociedade estava disposta a pagar aos colaboradores entre 1\$800 e 2\$400 réis a página e na sua reunião de 4 de Janeiro de 1850 solicita a Pedro Jácome Correia, então em Lisboa, que contactasse os letrados (cf. BPAPD, SPAM, *Livro das Actas da Direcção, 1843-1853*). Nenhum destes proeminentes nomes aceita a proposta, mas, de qualquer forma, o periódico consegue assegurar a colaboração, tanto literária como científica, de Andrade Corvo e Oliveira Marreca (cf. *AM*, 2.ª série, n.º 26, Fevereiro de 1850, p. 460).

⁶¹ *V. AM*, 2.ª série, n.º 50, Fevereiro de 1852, pp. 822-836.

⁶² *Almanak Rural dos Açores para o anno de 1851 mandado publicar pela Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense*, Ponta Delgada, 1850 (xxxii + 192 páginas); *ibid.*, ... para o anno de 1852 ..., Ponta Delgada, 1851 (xxiv + 184 páginas).

da direcção feito a 1 de Novembro de 1852 e publicado no último número de *O Agricultor Michaelense*: «Apenas 6 numeros d'este Jornal se publicaram durante o anno, e está um 7.º prestes a apparecer. Não é de razão criminar, por esta falta, senão a pessoa do Secretario d'esta Associação, a quem pelo correr do tempo ficou solitariamente devolvida semelhante tarefa. D'elle, se lhe podem prestar as escusas de enfermidades e transtornos domesticos, que o obrigaram a andar por mais de 6 mezes arredado da sua habitual residencia⁶³.»

Escusado será dizer que a publicação do periódico e do almanaque não era rentável para a Sociedade e, porventura, nem sequer estava suposta de o ser, pois apesar de a dívida activa subir a 260\$805 réis, a SPAM projecta para Janeiro de 1853 o aparecimento de uma 3.ª série do *Agricultor*, com novo tipo e formato, onde, segundo anuncia, viria a ser impressa a crónica quincentista de Gaspar Frutuoso, *As Saudades da Terra*⁶⁴, o mais antigo monumento da historiografia açoriana, do qual José do Canto possuía uma cópia na sua bem apetrechada livraria particular. Da crónica de Frutuoso, composta por seis livros distintos e independentes entre si, tinha-se optado começar por publicar o quarto, aquele que dizia justamente respeito à ilha de São Miguel, decisão essa que configurava, no campo da cultura e memória histórica local, um amor à pátria cujos contornos românticos se situavam na continuidade das iniciativas agraristas anteriormente tomadas pelos *gentlemen farmers* micaelenses. O projecto era ambicioso, pois o livro 4.º tinha 110 capítulos; «occupando em o nosso manuscripto 390 folios de letra muito meuda e compacta»⁶⁵, e, além disso, uma vez mais não se olhavam a despesas. Há coisas, contudo, que o dinheiro não compra. O tempo, ontem como hoje, é uma delas. E a José do Canto, que desde o seu casamento se tornara escravo da razão e da família, faltava tempo para acudir a tudo isso e aos imperativos da cidadania e felicidade pública. Havia, portanto, que sacrificar alguma destas coisas. A primeira foi a política, quando fecha a porta a um lugar de deputado nas Cortes de Lisboa pelo círculo de Ponta Delgada em 1852, recusa que certamente não lhe roubou o sono, pois já em Setembro de 1846 havia declinado igual possibilidade. A segunda, essa, sim, mais inquietante e difícil, foi o abandono, ainda que temporário, do torrão natal.

De facto, após o nascimento da última filha em finais de 1851, José do Canto e a mulher passam a deslocar-se com frequência cada vez maior a Paris, estadas essas por vezes entremeadas com temporadas balneares no Havre, onde Maria Guilhermina buscava a cura para a sua periclitante saúde. No biénio de 1852-1853 ainda José do Canto consegue conciliar o público com o doméstico, acompanhando entusiasmado, a partir de Paris, os trabalhos da SPAM e os

⁶³ AM, 2.ª série, n.º 51, Março de 1852, p. 849.

⁶⁴ Acerca de Gaspar Frutuoso (1522-1591), nado e criado em São Miguel, e da sua tão interessante quanto obscura (em termos nacionais) obra cronística, consulte-se o exaustivo ensaio bio-bibliográfico de Rodrigo Rodrigues, *Notícia Biográfica do Dr. Gaspar Frutuoso*, Ponta Delgada, Instituto Cultural, 1991 (1.ª ed., 1922).

⁶⁵ AM, 2.ª série, n.º 51, Março de 1852, p. 852.

preparativos para a publicação da 3.^a série do *Agricultor*, mas a notícia da morte de João José do Amaral (que tinha ficado responsável pela transcrição e fixação das *Saudades* de Frutuoso) compromete irremediavelmente o arranque deste projecto, conforme ele próprio confessa a Jácome Correia em carta remetida de Paris a 13 de Outubro de 1853: «Eu pela minha parte com dificuldade satisfarei a colaboração que sinceramente prometti, mas não é tanto a falta de tempo, como o desassocego e tribulações que tu bem apreciarás. Assim mesmo não ficaria atrás, mas não vejo quem metta os hombros de vontade para ajudar a empurrar o carro [...] parece-me que conviria informar o publico como se frustou temporariamente a publicação pela morte do Padre Amaral, e pela minha forçada ausencia⁶⁶.»

Por detrás do tom evasivo e contido destas linhas adivinha-se já, no íntimo de José do Canto, a morte anunciada da SPAM e do *élan* original do seu núcleo fundador. A suspensão temporária da publicação do jornal tornar-se-ia definitiva e a ausência forçada ia prolongar-se por quinze anos (1853-1868), período durante o qual fixa residência em Paris, para assim melhor acudir aos achaques da sua hipocondríaca esposa e acompanhar os estudos dos filhos, entretanto matriculados nos melhores colégios daquela que era, num certo sentido, a capital do mundo. Sem perder a ilha de vista, mas com a sua família e vida privada inequivocamente em primeiro plano, este *gentleman farmer* instala-se na cidade das luzes para proporcionar aos herdeiros, desde a mais tenra idade, uma primorosa educação. Tal como havia confidenciado a André anos atrás, quer dar aos filhos varões aquilo que ele não teve: formação científica e superior na área dos estudos agrícolas. *Mutatis mutandis*, repete com eles aquilo que o próprio pai lhe havia feito — traça-lhes o destino. Certamente com a melhor das intenções, mas submetendo-os a padrões de excelência e a uma disciplina aritmética do tempo⁶⁷ que, tendo em consideração o objectivo visado (fazer deles lavradores exemplarmente modernos e à altura da herança patrimonial), acabaria por não produzir os resultados pretendidos.

Frustradas as expectativas postas na SPAM e, seguidamente, as depositadas nos filhos, José do Canto regressa a São Miguel em finais de 1868. Tem ainda 30 anos de vida pela frente, mas já poucas esperanças de transformar o torrão natal na utópica granja com a qual sonhara de braço dado com o irmão André. Restava-lhe a própria ilha privada, aquela que, nos idos da década de 40, tinha começado a administrar e a plantar. Era chegado o tempo de passear agora, *intra muros*, sob a sombra das árvores que, entretanto, haviam crescido.

⁶⁶ *Cartas Particulares de José do Canto ...*, 1915, p. 24.

⁶⁷ António e José do Canto Brum, tanto em casa como no colégio, foram submetidos a uma rígida e quadriculada distribuição do tempo quotidiano, em conformidade com princípios morais e pedagógicos caracteristicamente oitocentistas, cujo significado já foi objecto de análise num interessante estudo de Alain Corbin, «The daily arithmetic of the nineteenth century», in *Time, Desire and Horror. Towards a History of the Senses*, Cambridge, Polity Press, 1995 (1.^a ed., Paris, Aubier, 1991).